

MENSAGENS & MASSAGENS, LDA
Uma leitura (também) pós-colonial
da *Mensagem* de Fernando Pessoa

OSVALDO MANUEL SILVESTRE
Universidade de Coimbra

Um poeta épico de grandezas idas – é um poeta arqueológico.
JOÃO GASPAR SIMÕES

1. Como é sabido – ou melhor: como sabem os professores que aqui se encontram – o ano de 2001 ficará inscrito nos anais dos programas e métodos de ensino da literatura portuguesa como aquele ano em que a *Mensagem*, enfim, derrotou *Os Lusíadas*, no termo provisório de um embate longamente premeditado, recalcado e enfim tornado público por Fernando Pessoa em 1934, ano de edição da sua magra epopeia. De acordo com as últimas directrizes do Ministério da Educação, aliás apoiadas publicamente pelo nosso maior camonista actual¹, a forma correcta de leccionar *Os Lusíadas* consistirá na sua leitura em contraponto à *Mensagem*, o que é uma maneira de sugerir que a viagem do Gama só poderá alcançar as desencantadas Índias das salas de aula se realizada com um pé em cada uma das nossas duas remanescentes barcas épicas. Não custa perceber que este gesto pressupõe que a singularidade simbólica d'*Os Lusíadas*, isto é, a sua indexação metonímica, em regime de exclusividade, ao significante «Portugal» para efeitos retóricos e patéticos (e desde há muito bem mais retóricos que patéticos) nas salas de aula ou nos anfiteatros do poder, essa

¹ Refiro-me ao texto de Vítor Manuel Aguiar e Silva, «O 'naufrágio' de *Os Lusíadas* no ensino secundário», *Público*, 1 de Setembro de 2001. Sobre a polémica desencadeada por aquilo a que o Ministério da Educação chamou «revisão participada do currículo» do ensino secundário, é fundamental ler Rui Vieira de Castro (2002).

singularidade simbólica, dizia, passou a ser partilhada, quando não cooptada, desde há décadas, pela *Mensagem*. E enfim, não custa mesmo nada perceber que o fim da nossa relação monogâmica com *Os Lusíadas* (fosse ela passional ou de conveniência) é, a mais de um título, o fim, não d'*Os Lusíadas*, obviamente, mas da nossa relação com eles, tal como ela se naturalizara em nós.

Desiludindo talvez os apreciadores de uma História marcada pelo vermelho das cesuras, gostaria de sugerir que tal processo não é mais uma das consequências de Abril de 74, sendo ao invés atribuível ao complexo cultural (Eduardo Lourenço chamar-lhe-ia «mítico», seguramente) do Estado Novo, o tal regime que premiou e não premiou o poema de Pessoa. O poema, de acordo com o conveniente regulamento do Prémio Antero de Quental, do então SPN, era demasiado magro em número de páginas para o primeiro prémio, pelo que António Ferro, insuspeito de escassez de admiração, e menos ainda de inimizade em relação a Pessoa (o que talvez já não fosse o caso de Mário Beirão e outros membros do júri, no que toca a questões de admiração literária), resolveu a pendência com um prémio de «segunda categoria», forjado *ad hoc* para Pessoa. Bem vistas as coisas, o júri estava certo: o poema era magro e mesmo, na sintomatologia delineada da Pátria, algo raquítico, senão tuberculoso. Salvar-se-ia, em matéria de saúde, a segunda parte, «Mar Português», que as pessoas de várias gerações, incluindo ainda a minha, foram por isso obrigadas a engolir na escola, como se se tratasse do óleo de fígado de bacalhau que por aqueles anos era a amarga poção mágica dos raquíticos. A questão do raquitismo da Pátria, ou mesmo da sua infecção pelo tão tempestivo bacilo de Koch (António Nobre, que para Pessoa seria uma dobradiça entre o ontem e o amanhã da literatura pátria, aí estava para o lembrar ao seu curiosamente enternecido descendente literário), é obviamente fundamental para se ler a *Mensagem*, e a ela voltarei mais adiante. Mas gostaria de, por agora, chamar a atenção para dois pontos: 1) O facto, no mínimo surpreendente, de a pátria de Pessoa, cerca de 350 anos depois, ser quase exactamente sobreponível à pátria de Camões, no elenco como na estrutura actancial, se me é permitido o uso metafórico desta arcaica palavra que só como metáfora se aplica à *Mensagem*, do seu enredo e personagens. De facto, Pessoa esquece – e este esquecimento, articulável com o antes referido raquitismo, não pode não ser o dado prévio de qualquer leitura da obra – esses 350 anos que o separam de Camões, buraco negro que o autor, em fase preparatória, supôs poder colmatar com um poema dedicado a... Sacadura Cabral, poema entretanto piedosamente esquecido. Contudo, e eis-nos no ponto 2), o ser o pessoal praticamente o mesmo não faz dele

na *Mensagem* senão um muito radical Outro daquele que encontramos n'*Os Lusíadas*. Digamos, para abreviar, que esse mesmo pessoal em Camões está vivo (na sua exemplar memória) e em Pessoa está mais que morto: ou melhor, não cessa de morrer.

Eis porque a apropriação do poema pelo Estado Novo (ou da parte intermédia do mesmo, a única a permitir esse estado noivo), pôde sempre parecer excessiva ou deslocada em relação às coordenadas fúnebres que são, em rigor, as do texto de Pessoa. Convirá todavia não esquecer que a partir de finais da década de 50, o mesmo é dizer, a partir da publicação de *Um Fernando Pessoa*, de Agostinho da Silva, em 1959 (obra aliás recebida com um especial entusiasmo crítico por Eduardo Lourenço²), toda uma linha interpretativa da *Mensagem*, provinda do horizonte da Filosofia Portuguesa e, mais remotamente, ainda que variamente sobreponível àquele, do pensamento da saudade como essência da «Alma Portuguesa» – e poderemos alinhar aqui nomes como os de António Quadros ou Dalila Pereira da Costa – se empenhará em ler a obra em clave mística, ainda que, por isso mesmo, reforçadamente nacionalista. Com essas leituras, a *Mensagem* torna-se um outro nome para «Alma Portuguesa», em tempos em que essa alma necessitava de um suplemento de misticismo (um «suplemento de alma») para se compensar da iminência de uma drástica redução do alcance extensional do nome «Portugal». 1958-59, 1961, 1968 e finalmente 1974-75 são datas que anunciam não apenas o estertor de um regime (com o qual, aliás, Agostinho da Silva não simpatizava especialmente), mas um estádio final no processo de raquitismo de uma

² Refiro-me ao texto «Um extra-ordinário Fernando Pessoa» (Lourenço, 1983), sobre cujas vicissitudes editoriais nos esclarece uma nota de rodapé: «Enviado para publicação na página literária de *O Comércio do Porto* (1960?), dirigida por Costa Barreto, este artigo foi proibido pela censura. Agostinho da Silva, então no Brasil, era considerado *persona non grata*. O texto de Lourenço inicia o seu elogio da obra em pauta por palavras muito significativas, na forma como traçam o panorama intelectual português da época: «Para a árida e medíocre mistura de empirismo e racionalismo que constitui a substância da mais comum meditação portuguesa, um livrinho tão singular como o de Agostinho da Silva deve parecer uma pura aberração. Para a recente vaga de analogismo e profetismo das jovens gerações, as mesmas páginas terão um sabor de insofismável triunfo. O seu mérito, todavia, reside na efectiva superação dessas duas atitudes por uma harmonia de que conhecemos poucos exemplos nas letras portuguesas contemporâneas» (id.: 233). Início revelador, que muito nos diz, como aliás todo o texto, sobre o perfil da crítica cultural de Lourenço e a sua posição ex-cêntrica em relação ao racionalismo quer de Sérgio e seareiros, quer do de ascendência neo-realista, situando-o embora numa posição «complicada» em relação àquilo que na cultura portuguesa moderna se (re)activa com Pascoaes, e a que Agostinho da Silva dá um impulso decisivo com a obra em pauta.

pátria que Pessoa, nisso muito devedor dos homens de 70, considerava póstuma desde 1580 (e a que o Estado Novo, nos seus tempos mais pletóricos, apenas conseguirá simbolicamente reagir propondo Salazar como novo Viriato, isto é, propondo uma narrativa de refundação, proposta que, embora em termos assaz diversos, será também a de Pessoa na *Mensagem*).

Sabemos demasiado bem qual o fundamento simbólico e político desta operação: a partir do momento em que a Pátria, traduzida cartográfica e retoricamente em Império, entra num processo de avassalamento e aviltamento pelos impérios fácticos dos séculos XIX e XX, ou seja, a partir do momento em que «Império» é um nome a que não corresponde uma realidade real, mas antes uma realidade imaginária – ou, se se preferir, uma realidade remendada, na exacta proporção da extensão insuficiente de um cobertor que não consegue cobrir esse corpo teratológico alongado do Minho a Timor –, o apelo do nome «Império» vai-se sublimando em realidades incomensuráveis com qualquer vestígio do século em que esse mesmo Império justificara o seu nome. Esta operação é legível na substituição, por parte do autor, do título *Portugal* pelo definitivo *Mensagem*. Ou melhor: na anedota produzida, com um certo grau de necessidade, por Pessoa, para legitimar um título que substituiria um título anterior – *Portugal* – demasiado gasto por publicidade a marcas de sapatos. Como o seu amigo Da Cunha Dias esclarecedoramente lhe perguntara, «Quer v. pôr o título do seu livro em analogia com “portugalize os seus pés”?» (Pessoa, 1978: 179). Desistir de «portugalizar os pés» é desistir de Portugal enquanto realidade fenomenal, transferindo o caminho, e sobretudo o caminhar dessa entidade que é Portugal, agora sem pés, ou sem chão, para esse plano transcendental em que a *Mensagem* é justamente a «Alma Portuguesa», e a Alma Portuguesa, desprovida enfim das irregularidades da calçada portuguesa, pode ser apenas e só *Mensagem*. Parafraseando McLuhan, diríamos com Pessoa que «A Alma é a *Mensagem*». Todavia, e como se vai percebendo, a alma é mensagem porque já não consegue ser Império e porque já não consegue ter os pés inteiramente no chão. Por outras palavras, é no seu devir-mensagem que a Alma se vai também tornando *mensagem*. Esta mensagem, a um corpo dorido e tão mortificado como esse a que se retirou profilacticamente o nome Portugal, é a verdadeira política de Pessoa na *Mensagem*, uma política tão transcendental quanto o corpo místico da pátria e do seu Cristo-Sebastião. Mas, ponto importante embora algo temível, essa é também a política nacional reconhecível em todos aqueles leitores do Pessoa da *Mensagem* empenhados em dele extraírem uma homeopatia para tempos de raquitismo, homeopatia

que em Pessoa levaria o nome de Quinto Império (o que quer dizer, se me permitem a nota clínica, que Quinto Império, antes de ser o fármaco, é a doença). Significa isto, pois, que de 1934 aos nossos dias, mas com especial agudeza de 1959 a 1975, o número de accionistas da firma *Mensagens & Massagens, Lda* cresceu exponencialmente, entrando em refluxo a partir de 1984, data de adesão de Portugal à então CEE e data também em que as nossas desvantagens competitivas (e, em consequência, a nossa necessidade compensatória de *mensagens*) foram sendo atenuadas pela política pouco transcendental do betão (e mais tarde, ainda que episodicamente, dos «recursos humanos», essa versão romantizada, digamos, do betão).

2. Posto isto, e para retomar a epígrafe deste texto, diria que se o Pessoa da *Mensagem* é um poeta arqueológico, na medida em que poeta sobre grandezas defuntas, isso se deve ao facto de, a mais de um título, a *Mensagem* ser uma obra pós-colonial (e uso aqui a expressão em sentido literal). Desde logo, a obra é pós-colonial porque, como vimos já, se edifica sobre o pressuposto de que a história portuguesa está concluída e o império, correlato épico dessa história, desfeito: «Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez»³, reza um dos seus muitos slogans em verso («O Infante»). Do período de 350 anos que medeia entre a gesta que dá origem aos *Lusíadas* e a publicação da *Mensagem* nada se diz porque, dentro da lógica imperial e colonial que anima a epopeia camoniana, e da suposta releitura que Pessoa dela produz, nada há a dizer: o Império, à minguia de Gamas e Albuquerque, não se engrandeceu, mas meramente foi gerindo a sua sobrevivência temporal. O Império, digamos, secularizou-se na rotina da sua administração impossível, rotina que o burocrata-Pessoa sabe ser avessa ao *epos*. Neste sentido ainda, a obra é pós-colonial porque Pessoa sabe que os heróis morreram, restando-lhe o seu epitáfio⁴. A fase colonial da história de Portugal parece-lhe, como é manifesto em vários dos seus textos em prosa, terminada nas suas potencialidades políticas e simbólicas. A *Mensagem* é pois uma obra em que este estado de coisas é ratificado por um dispositivo mortuário em que a prosopopeia lançada sobre as personagens da nossa história não ressuscita esses mortos, antes evidenciando,

³ Uso a edição da *Mensagem* da responsabilidade editorial de António Apolinário Lourenço (Pessoa, 1994).

⁴ É de Óscar Lopes a decisiva leitura da *Mensagem* enquanto epitáfio. Nas suas palavras, trata-se «da maior sequência de epitáfios pessoanos, panteão imaginário das mais convencionais glórias pátrias que não foi possível concentrar nos Jerónimos ou em Santa Engrácia» (Lopes, 1986: 24).

à luz espectral do além-túmulo, o abismo infranqueável entre o tempo da epopeia – que é o tempo de Camões – e o tempo da elegia pela epopeia impossível, que é o de Pessoa. E vimos como, em consequência, essa incomensurabilidade empurra o poeta de Portugal para a sua Mensagem.

Por outro lado, a *Mensagem* é um texto pós-colonial na medida em que, como podemos perceber pelas reflexões dispersas de Pessoa sobre Portugal, o país se encontra, em seu entender, numa fase em que de colonizador se transformou em colonizado das grandes potências europeias e, desde logo, da potência imperial por antonomásia, a Inglaterra. O tema, perfeitamente rastreável nos homens de 70 e em especial no último Eça, é glosado por Pessoa nos termos de uma desnacionalização posterior a Pombal: «O que Pombal criou, porém, sumiu-se com as invasões francesas. Depois delas, a nossa desnacionalização teve o seu período abísmico: só o nome da nossa independência nos ficou» (id.:107). Num dos textos mais interessantes sobre a questão, Pessoa articula a questão da desnacionalização com o processo já referido de raquitismo dos paradigmas épicos coevos, usando para tal uma estratégia retórica contrapontística: «Um exemplo – mais dolorosamente flagrante pela sua constância e pela sua inconsciência – é o modo como na linguagem da tribuna e da imprensa se empregam, para elogio dos contemporâneos de relevo mínimo, os nomes maiores da nossa história. Qualquer Afonso Costa (e há tantos!) é o Marquês de Pombal do século XX. Qualquer Couceiro é um Nun'Álvares» (id.:89). Para concluir reveladoramente, em plena denúncia da nossa situação colonial: «A reles entrada na guerra europeia que fizemos, como serventários da Inglaterra e lacaios da França – que é o que com efeito somos, e por isso estava certo – trouxe comparações relembrando os descobridores e os homens que escreveram o nome português a sangue eterno de leste a oeste do Mundo» (id.:89-90).

Portugal, enfim, que no século XIX fora por largos períodos um protectorado britânico, sofrendo humilhações várias, do *Bill* de Palmerston ao Ultimatum, surge aos olhos de Pessoa, no virar do século, como um ex-império agora colonizado pelo maior dos impérios da história, esse império de que Pessoa é aliás a mais de um título filho, se não cultural ao menos literário, e que tanto alimenta, ainda que reactivamente, os seus sonhos de um renovo do imperialismo português. Nesse sentido, o pós-colonialismo da *Mensagem* é uma estratégia hermenêutica que visa superar a fase colonial (perceba-se: a fase de colónia) do Portugal pós-imperial, o que só pode ser conseguido, algo paradoxalmente, renunciando ao Império colonial (em intervenção famosa, Pessoa denunciou a

irrelevância das colónias, e mesmo o seu peso-morto, para o seu Portugal futuro, de teor místico).

É aqui que o gesto refundador da *Mensagem* ganha todo o seu alcance, e é ainda aqui que a amnésia patente na obra a respeito de 350 anos da nossa história se revela necessária para a legitimação psicanalítica, simbólica e política desta poesia arqueológica. De facto, a *Mensagem* é um texto pós-traumático, enredado na típica pulsão repetitiva, e, a seu modo, regressiva, da experiência do trauma. Em rigor, a *Mensagem* é uma «escrita do trauma»⁵, que se manifesta nela, por exemplo, na compulsão à repetição patente nas evocações da figura de D. Sebastião – essa personagem à qual se dedica um poema na primeira parte, outro na segunda e toda a terceira, e que evidencia um trabalho de luto inacabado e desemboçando na melancolia, ou identificação com o objecto perdido. Em ponto nenhum da *Mensagem*, e em ponto nenhum da obra de Pessoa, essa incapacidade de matar o morto está tão patente como no poema «Nevoeiro», que encerra a obra, todo ele uma excelente representação daquilo a que Freud, a propósito do seu enigmático conceito de «pulsão de morte», chamou o estado anorgânico a que todo o ser vivo aspira regressar. A definição negativa de um «Portugal a entristecer» – «(...) fulgor baço da terra», «Brilho sem luz e sem arder», «Tudo é incerto e derradeiro. / Tudo é disperso, nada é inteiro», etc – equivaleria aqui a esse estado anorgânico que, de acordo com uma tradição interpretativa, antingiria a promessa do seu *principium individuationis* no último verso: «É a Hora!». Não é necessário perflhar uma semântica auto-referencial para se concluir que este verso inconclusivo nos permite todas as dúvidas sobre o seu efectivo poder performativo. De facto, e no quadro de uma sintomatologia do trauma, «É a hora!» poderia ser perfeitamente descrevível como um *acting out* que não garante saída para fora do círculo mágico da sua compulsão repetitiva. O verso nada garante quanto à realização do que parece desejar, desde logo porque a semântica da obra que aparentemente remata lhe atribui uma modalidade próxima do «desejar poder querer» com que, no poema «Tormenta», 4º a contar do fim, se predica a vontade – a «inquietação» – de Portugal⁶.

Por um daqueles estranhos efeitos de desleitura, tão atribuíveis ao autor como aos seus leitores encartados, tem-se lido o último poema da

⁵ Sobre esta matéria, cf. La Capra (2001).

⁶ Sobre o valor semântico da expressão «É a Hora», bem como sobre a predilecção pessoana pelo lexema «hora», é fundamental ler as reflexões dispersas que à questão dedicou Óscar Lopes (1986: 28-29; 1987: 489).

Mensagem em perfeito desrespeito pela sua posição na sintaxe actancial, cronológica e histórica, da obra. Digamos que nenhum leitor que se dê ao respeito pretenderá ler, por exemplo, em «O Mostrengo», uma encarnação de pesadelos seculares posteriores como, sei lá, os polícias de Pina Manique, os soldados de Napoleão ou os esbirros de Salazar. O mostrengo, apesar da sua roupagem simbólica, parece ser de difícil tradução histórica. Contudo, o «Nevoeiro» que encerra a obra, esse já seria não apenas histórico mas, pela via travessa do sebastianismo, tão transhistórico como a pátria sobre que agora se abate. E todavia, este gesto – que seria parte decisiva da mensagem endereçada por Pessoa ao seu leitor – esquece, por um momento, o fundamento arqueológico desta colecção de epitáfios, dando assim um salto por sobre os 350 anos que Pessoa até aí tanto se esforçara por saltar, mas no sentido inverso. Não se percebe muito bem por que razão o leitor deve agora ceder à chantagem do autor, nos termos irrecusáveis em que este lhe propõe que seja tão inteligente quanto ele, autor, e perceba o alcance alegórico deste nevoeiro sem história. O que Pessoa tenta fazer, no último poema da *Mensagem*, é uma espécie subtil de batota, aquela batota que agrada a todo o leitor, justamente porque o coloca sob o espectro reconfortante da interpretação ilimitada, vale dizer, do seu poder ilimitado de leitor – o qual, muito nitidamente, é um mero avatar da autoridade deste autor tão hábil nas artes da manipulação que se permite mudar as regras ao findar do jogo. Por outras palavras, o que Pessoa faz no poema «Nevoeiro» é transformar (ou pelo menos tentar) a arqueologia – que é uma arqueologia de *Portugal* – em mensagem. Do sucesso desta transformação, que é o de toda uma deslocação tropológica, todos conhecemos os efeitos palpáveis, do discurso cívico à oratória política. Contudo, a operação é aceitável ou não, e sobretudo não põe em causa a possibilidade, justificada aliás por 43 dos 44 poemas da obra, de esta ser lida como um texto arqueológico cujo verdadeiro título seria então *Portugal*. Neste caso, poderá ocorrer-nos, a nós, leitores literais deste texto epigráfico, que a «Hora!» invocada no termo dessa obra intitulável como *Portugal* seria a hora pós-1580 que, entre outras coisas, nos devolveria o Império perdido e, com ele, as colónias (e há decerto, como sempre houve, leitores que se revêem nesta leitura tão historicista quanto correcta). Tal Hora seria assim invocada por um enunciador arqueológico e de que um dos heterónimos se chamaria seguramente Sebastião – se não antes Camões, pois não se vê o que esta epopeia retro, em que Pessoa seria o Pierre Ménard de Camões, acrescentaria aos *Lusíadas*.

Aquele heterónimo Sebastião, porém, e como antes vimos, é bem o tropo do trauma na *Mensagem*. Como diria Freud a propósito da compul-

são à repetição, e como nós o diríamos a propósito de D. Sebastião, «... o que permaneceu incompreendido retorna; como uma alma penada, não tem repouso até encontrar resolução e libertação» (Freud, *apud* Laplanche e Pontalis, 1985:126). Digamos então que D. Sebastião é na *Mensagem* o trauma e a sua terapêutica repetitiva. Nesse sentido, «É a Hora!» é um enunciado disponível para todas as repetições terapêuticas necessárias à cicatrização do trauma, sendo certo que esta Hora, justamente porque sem hora, nos pode acontecer a qualquer hora e em qualquer lugar desse não-lugar que na *Mensagem* é Portugal. Significa isto que na obra a que o poema «Nevoeiro» oferece o título de *Mensagem*, a «Hora!» invocada, ao contrário da «Hora!» invocada na obra intitulável *Portugal*, situa-se por 1934, cerca de 350 anos após Alcácer-Quibir, isto é, cerca de 350 anos após a hora solar do Império. Para esta Hora, a questão colonial é parte do morto que não acaba de morrer nesse anorgânico do qual emergirá, após a boa recepção da *Mensagem*, um novo Portugal. Para essa Hora, enfim, D. Sebastião anuncia o Portugal do Quinto Império, isto é, o Portugal pós-colonial.

3. Como se sabe, a deslocação tropológica mais bem sucedida da questão nacional em Pessoa é aquela que, por intermédio de Bernardo Soares (mas de um Bernardo Soares algo amputado), nos diz que a Pátria é a língua. Esta deslocação sofre em Pessoa, em variados lugares, a sobreposição de uma outra que, remontando a um Nebrija, por exemplo, nos diz «a língua companheira do império»⁷. Nas reflexões de Pessoa sobre a questão da língua, que são indissociavelmente reflexões sobre o império (melhor: que *são* reflexões sobre o império), é possível ainda encontrar expressões como «um imperialismo de poetas» e «um imperialismo de gramáticos», imperialismos sobre cujas virtudes respectivas me abstenho de tecer comentários. E na *Mensagem*, Pessoa, sempre predisposto a aproximar língua de império, refere-se a António Vieira, uma das personagens-escritores da obra, como «Imperador da língua portuguesa».

Não vou demorar-me sobre as minúcias da escolástica com que Pessoa discrimina, nas suas reflexões fragmentárias sobre a questão, os 3 imperialismos que reconhece: o de domínio, o de expansão e o de cultura. O Quinto Império, na sua concepção, seria um caso radical de um imperialismo de cultura, visando «não dominar materialmente, mas

⁷ Sobre a questão, veja-se o texto fundamental de Ana María García Martín (1998).

influenciar; dominar pela absorção psíquica («É um imperialismo de expansão espiritual – A França é o grande exemplo») (Pessoa, 1978: 222). Este novo imperialismo, que dispensaria as colónias e, em larga medida, o poder material de que Portugal não voltaria previsivelmente a dispor em data próxima, apoiar-se-ia na cultura e essencialmente na língua, «meio material do Império», na própria expressão de Pessoa. A leitura que tradicionalmente se faz deste império espiritual, e portanto exterior à lógica de dominação e subjugação dos impérios, esquece que o próprio Pessoa foi bem explícito ao afirmar que «não se deve esquecer que um imperialismo, embora cultural, é sempre um imperialismo, isto é, que, embora uma política cultural, é sempre uma política» (id.: 232). Um dos pontos centrais dessa política cultural, vale dizer, dessa política de língua, residiria para Pessoa na unificação linguística, «porque não há império sem unificação» (id.: 232). E daí o seu empenho na unificação ortográfica, já que em seu entender «Não há separação essencial entre os povos que falam a língua portuguesa. Embora Portugal e o Brasil sejam politicamente nações diferentes, não são nações diferentes, contêm num sistema uma direcção imperial comum, a que é mister que obedeam» (Pessoa, 1997: 152-153).

Num curioso passo, Pessoa afirma que «o sistema ortográfico português é, e é natural que seja, talvez o mais perfeito que se conhece. (...) É bem o sistema que, como por milagre, representa e se ajusta à missão histórica de Portugal: a um tempo, e num só todo, nacionalista e universalista, ele duplica, na expressão externa da linguagem, os feitos dos Descobridores, cujo supremo nacionalismo se consubstanciou com a sua obra de darem ao mundo a universalidade dos mares» (id.: 51). Ou seja: não é por ser um imperialismo espiritual que o Quinto Império pessoano deixa de ser um sonho imperial. Mas sobretudo, e à luz destas palavras, percebemos que a *Mensagem* é afinal uma obra em que nacionalismo e universalismo, o mesmo é dizer, nacionalismo e imperialismo *cultural* vão a par. No momento em que se processa aquele deslocamento tropológico antes referido da pátria para a língua (uma outra versão daquela passagem, antes recenseada, de Portugal para a Mensagem), o carácter falhado deste deslocamento torna-se bem patente se articulado com a posição de quem dispensa as colónias como vestígios demasiado materiais de uma pátria recodificada enquanto puro espírito. Isto porque, pura e simplesmente, desejando-se ou não a manutenção das colónias, a língua portuguesa só pode ser o meio material do Império porque nessas colónias, ou ex, se pratica esse vestígio da colonização que é a língua portuguesa. Por outras palavras, o Quinto Império só existirá se estiverem asseguradas as fun-

dações que o império português de 500 – o Império retratado na *Mensagem*, já recodificado contudo pela óptica mística do Quinto – decisivamente edificou pelo mundo⁸. E assim, o carácter místico do Quinto Império não pode deixar de ser entendido como um acto falhado de um sujeito, individual e colectivo, que mais uma vez desejaria substituir Portugal por uma Mensagem, ou uma pátria por uma língua, esquecendo que tais entidades nem coincidem nem são permutáveis, mas esquecendo sobretudo que um império, ainda que de cultura, pressupõe colonização, com ou sem colónias de direito. A *Mensagem* é pois o local em que todas estas aporias metapolíticas, aporias de uma metapolítica que não consegue contudo (ao invés do desejado por Pessoa) ser uma política transcendental, vêm à tona.

Digamos, para concluir, que a *Mensagem* não consegue pois rasurar *Portugal*, que é como quem diz, não consegue ir além de uma arqueologia fantasmática da pátria. No saldo final, falhado o sonho de uma comunidade política transcendental – falhada a mensagem e falhada a massagem –, resta a constatação melancólica, ainda que saborosa, do próprio Pessoa: «Temos de pactuar com a realidade. Não podemos fazer da língua portuguesa o privilégio da humanidade» (Pessoa, 1997: 150). Mas se temos de pactuar com a realidade – a realidade da incapacidade da língua portuguesa para se transformar no universal indispensável ao império (ainda e sempre, «a língua companheira do império») –, para quê ler a *Mensagem*?

BIBLIOGRAFIA

1.

PESSOA, Fernando

(1978) *Sobre Portugal. Introdução ao Problema Nacional*, Recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão, Introdução e organização de Joel Serrão, Lisboa, Ática.

(1994) *Mensagem*, Quadros cronológicos, Introdução, Texto anotado por António Apolinário Lourenço, Braga-Coimbra, Angelus Novus, Editora.

(1997) *A Língua Portuguesa*, edição de Luísa Medeiros, Lisboa, Assírio & Alvim.

⁸ Acrescente-se ainda que em ponto algum das suas reflexões sobre o Quinto Império Pessoa põe em causa a ideia reguladora do imperialismo e colonialismo ocidentais de que a História do Ocidente é a História do mundo, tanto mais que, como diria Hegel, a Civilização move-se historicamente para Ocidente: de facto, o Império em causa seria meramente o Quinto dos impérios ocidentais.

2.

CASTRO, Rui Vieira de

(2002) «A 'Questão' de *Os Lusíadas*. Acerca das Condições de Existência da Literatura no Ensino Secundário», texto policopiado.

GARCÍA MARÍN, Ana María

(1998) «'La Lengua Compañera del Imperio' em Fernando Pessoa, in *Revista USP*, nº 39.

LACAPRA, Dominick

(2001) *Writing History, Writing Trauma*, Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press.

LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J.-B.

(1985) *Vocabulário da Psicanálise*, Lisboa, Moraes.

LOPES, Óscar

(1986) «Fernando Pessoa», in *Os Sinais e os Sentidos. Literatura Portuguesa do Século XX*, Lisboa, Caminho.

(1987) Fernando Pessoa», in *Entre Fialho e Nemésio. Estudos de Literatura Portuguesa Contemporânea*, II, Lisboa, IN-CM.

LOURENÇO, Eduardo

(1983) «Um extra-ordinário Fernando Pessoa», in *Poesia e Metafísica. Camões, Antero, Pessoa*, Lisboa, Sá da Costa Editora.